



OPINIÃO

O que houve com a confiança no Brasil

Gaspar Sortino (*)

Você só viaja de avião porque confia no piloto. Mesmo que você não tenha a mínima ideia de quem seja ele. Como pode? Pois é! É a confiança

Confiança é o fundamento ou os pilares da sociedade. Para que uma Sociedade funcione bem, a confiança tem que se fazer presente, ela é o sentimento ou a firme convicção que alguém tem relativamente a outra pessoa ou a algo e que viabilizam os elementos de fé e segurança.

A palavra deriva de fé, com fé. Confiar. Fé deriva do latim fidelitas, vocábulo que se originou do substantivo fides. A palavra fides designava, nos primórdios da língua latina, a “adesão do devoto aos preceitos de sua religião”. Confiança é o que dá liga à sociedade, assim como é o cimento para a massa. E ela só se mantém, se cada um fizer o que tem que ser feito da forma correta. E a sociedade só dá certo, se cada um realizar seus objetivos com qualidade e eficiência.

Em relação ao Estado Democrático de Direito, o povo elege um representante que vai administrar as coisas do Estado, ou coisa pública, que pertence ao povo. O gestor público é escolhido pelo povo e, portanto, de confiança dele. Assim, espera-se nele que administre a coisa pública como se sua fosse e para o bem dos demais que integram o grupo. Quem administra a coisa pública, administra coisa que não lhe pertence e ela tem proprietário e destinatário, o povo.

Para tanto, deve realizar isso de forma a satisfazer o verdadeiro dono. E o legítimo dono, que é o povo, vai legitimar os atos do gestor, tendo em vista estar satisfeito com o resultado alcançado. Há necessidade de poderes para administrar coisas de outrem. Esses poderes são transferidos geralmente por mandato ou procuração. Nesses instrumentos estão previstos os limites da delegação. Portanto, o gestor só poderá realizar atos limitados expressamente no instrumento. Não pode fazer o que bem entende, como se a coisa fosse sua, e sim, só o que lhe foi atribuído.

Por exemplo, não pode ven-

der, vez que a autorização só lhe permitiu gerir. E isso vale para qualquer poder ou órgão do Estado. E a legitimação social só ocorre quando o povo confia nos atos realizados pelo administrador, uma vez que seus resultados beneficiam os titulares do poder, isto é, a sociedade como um todo. E é isso que se espera de todos os poderes públicos. Por exemplo, espera-se do Poder Judiciário que forneça justiça, isto é, o que é justo, reto, correto. Do Poder Legislativo, que legisle em favor do bem comum e do Executivo, que administre a coisa pública com qualidade e eficiência.

Partindo dessa premissa, dá para analisar se houve excesso, ou não, no caso dos representantes da JBS, ao serem isentados de qualquer culpa por parte do Estado, após realizarem o acordo de delação. O ato foi injustificável. Esperava-se dos representantes da Sociedade que se fizesse Justiça, isto é, o que é justo e reto e para isso eles deveriam ter sido julgados e condenados. Decisão que deveria ter sua origem no Poder Judiciário, que é o órgão responsável por essa atribuição.

Mesmo que fossem beneficiados com alguns privilégios, estes não poderiam se estender à impunidade, vez que, tendo realizado atos gravosos e prejudiciais à Sociedade, deveriam pagar proporcionalmente à ofensa ocorrida. Se assim tivesse acontecido, o povo teria ficado satisfeito e legitimado os atos de seus representantes, confiando neles, o que não ocorreu.

A desconcentração dos poderes, atribuindo funções típicas a cada um deles, e estas ocorrendo com transparência, com equilíbrio e autonomia, desde que um Poder não invada a competência do outro, permite a possibilidade de uma fiscalização mais eficiente e precisa por parte da sociedade.

Isso é o que o povo espera que ocorra das atuais Instituições do Estado para que a confiança volte a reinar na sociedade brasileira. E como consequência, a paz social, a moralidade administrativa e o progresso do país.

(*) - Professor do Instituto Presbiteriano Mackenzie, é mestre em Direito Político e Econômico pela instituição e especialista em Direito Civil.

Crise hídrica no Nordeste impulsiona mercado da energia eólica

Os números não deixam dúvida quanto à condição favorável do Brasil, com ventos fortes e contínuos, para a geração de energia eólica

No ano de 2016, por exemplo, a média da relação entre a capacidade instalada nas usinas eólicas no país e a efetiva geração de energia foi de 40,7%, enquanto a média mundial é de apenas 23,8%. Essas usinas têm sistema muito parecido com o de um catavento gigante, que permite o aproveitamento dos ventos para gerar eletricidade.

Os aerogeradores, como são chamados, têm três pás que se movimentam e propulsionam um rotor, conectado a um eixo, que move um gerador elétrico. Uma engrenagem multiplica a velocidade o suficiente para garantir energia para a geração da eletricidade, que desce da torre por cabos que vão até a rede de transmissão. Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), essa modalidade em 2016 representou apenas 6% da matriz elétrica brasileira.

No entanto, o avanço do uso da geração eólica, com um aumento de 55% de capacidade



“Cataventos gigantes” permitem o aproveitamento dos ventos para gerar eletricidade.

instalada em usinas espalhadas principalmente pelo litoral, mostra um mercado promissor alavancado pela crise hídrica severa na Região Nordeste. Diretor de engenharia da empresa responsável pelo complexo eólico de Taíba, em Fortaleza, Luciano Freire acredita que a geração por essa fonte renovável tende a se expandir e ocupar o espaço das usinas termelétricas

nas novas demandas. Ele explica que é exatamente no período em que as hidrelétricas menos produzem energia que os ventos sopram mais forte no país.

“O Brasil é privilegiado do ponto de vista energético, a nossa matriz é superlimpa, a geração hidrelétrica predomina, mas cada vez mais a gente vai perceber a inclusão da geração

eólica e da geração solar. Sem falar da geração de biomassa, que nas regiões Centro-Oeste e Sudeste tem também uma importância muito grande”. Na Região Nordeste, essa já é uma realidade. É lá que funciona o complexo Taíba, formado por três usinas que somam 27 aerogeradores.

O estado do Ceará está entre os quatro maiores produtores de energia eólica do país, junto com Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande do Sul.

A empresa em que Luciano Freire trabalha tem quatro parques eólicos em funcionamento e dois em construção. Um deles funcionará de forma híbrida – geração eólica e solar fotovoltaica – devido ao regime de vento da região, que tem maior intensidade à noite. A estimativa é de que o projeto que está em desenvolvimento em Caldeirão Grande, no Piauí, resulte em uma produção de 400 MW de geração eólica e 120 MW de geração solar (ABR).

Olimpíadas: Paris e Los Angeles como sedes em 2024 e 2028

Únicas candidatas a sediar os Jogos Olímpicos de 2024, Paris e Los Angeles receberam inesperadamente a notícia de que a derrotada no pleito poderá receber o evento esportivo em 2028. Agora, aguardam um pronunciamento que será dado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) na próxima sexta-feira (9). A decisão será tomada em Lausanne, após várias reuniões que serão realizadas ao longo da semana.

Após a desistência de três concorrentes aos Jogos de 2024 - Hamburgo, Roma e Budapeste -, a aparente perda de atratividade dos Jogos Olímpicos entre as cidades mais desenvolvidas levou o comitê internacional a pensar em desistir da concessão, ao mesmo tempo, das sedes de 2024 e 2028 para ganhar tempo e reformular com calma o processo de candidatura.

Os quatro vice-presidentes da entidade, o espanhol Juan Antonio Samaranch, o australiano John Coates, o chinês Yu Zaiqing e o turco Ugur Erdener, preparam um relatório que será apresentado nesta semana ao Comitê Executivo do COI (Agência EFE).

Projeto permitiu a contratação de 143 mil aprendizes de janeiro a abril

O Brasil registrou mais de 143 mil novos jovens aprendizes contratados desde janeiro até abril deste ano. De acordo com dados divulgados ontem (7), em Brasília, pelo Projeto de Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho, do Ministério do Trabalho, houve uma leve redução em relação às contratações no mesmo período do ano passado, quando foram 145,09 mil.

A auditora fiscal Taís Arruti Lyrio Lisboa explicou que a tendência é de crescimento no restante do ano, já que a economia do país está dando sinais de recuperação e os auditores-fiscais do trabalho vêm atuando diariamente para expansão dos números.

Entre os estados, o maior total de contratações de aprendizes até abril ocorreu em São Paulo (37,62 mil contratos), seguido por Minas Gerais (17,70 mil), Rio Grande do Sul (12,98 mil), Santa Catarina (12,15 mil) e Rio de Janeiro (10,38 mil). Os setores que mais contrataram foram a indústria de transformação, comércio e reparação de veículos, serviços sociais e de saúde. “Essas contratações ajudam a aumentar a inclusão social por meio do primeiro



Essas contratações ajudam a aumentar a inclusão social por meio do primeiro emprego para os mais jovens.

emprego para os mais jovens e da contribuição para a formação dos futuros profissionais do país”, afirmou o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

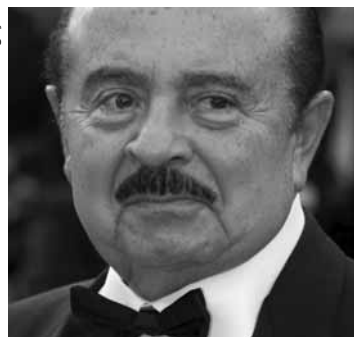
Os números dos quatro primeiros meses foram puxados pelos setores de indústria de transformação (43,75 mil contratos), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (32,59 mil); saúde humana e serviços sociais (15,54 mil); e outras atividades de serviços, com 11,66 mil jovens aprendizes. Juntas, essas quatro áreas responderam por 103,54 mil contratações, mais de 72% do total.

Segundo o ministro Ronaldo Nogueira, a portaria regulamentando o decreto que trata da contratação de aprendizes, fará com que o Brasil alcance cada vez mais aprendizes. Permite a contratação de jovens por empresas de setores insalubres, desde que eles exerçam a parte prática na entidade formadora ou instituição concedente. Em 2015, 403 mil adolescentes foram inseridos no mercado de trabalho por meio de programas de aprendizagem e mais de 50% deles permaneceram na empresa após a conclusão do contrato (ABR).

Morre bilionário saudita ex-homem mais rico do mundo

Morreu aos 82 anos, em Londres, o bilionário saudita Adnan Khashoggi, que foi o homem mais rico do mundo entre as décadas de 1970 e 1980 e tio de Dodi al Fayed, morto com a princesa Diana em um acidente de trânsito. Nascido em Meca, na Arábia Saudita, Khashoggi era filho do médico da família real do país árabe e se formou em economia na Universidade Stanford, na Califórnia. Fez fortuna com comércio internacional e ganhou notoriedade pelo seu estilo “bon-vivant”.

Em meados dos anos 1980, sua fortuna derreteu por conta



Bilionário saudita Adnan Khashoggi.

das acusações de tráfico de armas e lavagem de dinheiro, escândalo que o obrigou a vender diversas propriedades,

inclusive o iate Nabila, um dos mais luxuosos do Mediterrâneo. Vítima do mal de Parkinson, Khashoggi vivia em Riad, mas passava longos períodos de tratamento na Europa.

No ano passado, sofreu um derrame cerebral e ficou preso a uma cadeira de rodas. Ele deixa a esposa, a italiana Laura Biancolini, com quem se casou sob o rito muçulmano. O funeral ocorreu em uma mesquita de Londres, e o corpo foi transferido para Medina, na Arábia Saudita, onde está sepultado no jazigo da família (ANSA/COM ANSA).

Inadimplência do consumidor caiu em maio

A inadimplência do consumidor caiu 3,8% em maio, de acordo com dados nacionais dessazonalizados da Boa Vista SCPC. Na avaliação acumulada em 12 meses (junho de 2016 até maio de 2017 frente aos 12 meses antecedentes) houve retração 3,4%. Na avaliação acumulada no ano a inadimplência caiu 0,2%. Já quando comparado o resultado de maio contra o mesmo mês de 2016 houve aumento de 6,7%.

Regionalmente, na análise acumulada em 12 meses, ocorreu crescimento apenas na região Norte (0,3%) e queda nas demais regiões, com Centro-Oeste variando -0,1%, Nordeste -1,1%, Sul -2,9% e Sudeste -5,2%. As adversidades ocorridas na economia ao longo dos últimos dois anos geraram grande cautela nas famílias, inibindo o consumo e consequentemente contribuindo para a diminuição do fluxo de inadimplência.

Mantendo a perspectiva de pequeno crescimento da economia e renda, juros menores e inflação controlada, espera-se uma retomada sustentável da demanda de crédito, expandindo a renda disponível das famílias, fatores que deverão colaborar para a manutenção de um ritmo estável da inadimplência em 2017 (Boa Vista SCPC).

Projeto aumenta a segurança dos usuários de automóveis

A Comissão de Transparência e Defesa do Consumidor aprovou projeto do deputado Jefferson Campos (PSD-SP) que inclui, entre os equipamentos obrigatórios dos veículos, um dispositivo anti-esmagamento nas janelas cujo vidro seja acionado eletronicamente. Esse dispositivo seguirá normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito, e atenderá apenas veículos fabricados para o mercado interno, não sendo obrigatório nos destinados à exportação.

O relator da matéria, senador Sergio Petecão (PSD-AC), apresentou voto favorável à proposta. Ele apontou “a necessidade de evitar acidentes nos quais os ocupantes dos veículos possam ser feridos gravemente pela compressão de partes de seus corpos, pelo vidro ou contra a travessa

da janela, especialmente quando os envolvidos são crianças ou bebês”. O relatório foi lido pelo senador Dario Berger (PMDB-SC). O projeto segue agora para análise do Plenário do Senado.

A Comissão também aprovou projeto da senadora Angela Portela (PDT-RR) que determina que as empresas de telefonia, quando divulgarem seus planos de serviços aos usuários, deverão utilizar sempre uma linguagem direta e comparativa com outros planos vigentes. Ela explica em sua justificativa que o objetivo é atender demanda surgida a partir de reclamações aos serviços de proteção aos consumidores de todo o país, evitando que usuários desses serviços sejam ludibriados pelas empresas. O relator da matéria foi o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) - (Ag.Senado).

Empresas & Negócios
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
TEL: 3106-4171

<p>Empresas & Negócios</p>	
<p>José Hamilton Mancuso 2003/2017</p>	
<p>Diretora Administrativa-Financeira Laurinda M. Lobato DRT/SP 48681 laurinda@netjen.com.br</p>	<p>Webmaster e TI: VillaDartes</p>
<p>Editora Laura R. M. Lobato De Baptisti LART/SP 46219</p>	<p>Editoração Eletrônica Ricardo Souza Walter de Almeida</p>
<p>Marketing J. L. Lobato lobato@netjen.com.br</p>	<p>Impressão LTJ- Gráfica Ltda</p>
<p>Diretora Comercial Lilian Mancuso lilian.mancuso.jen@gmail.com</p>	<p>ABRARJ Associação Brasileira de Revistas e Jornais Matrícula, SP-555</p>
<p>Colaboradores</p>	
<p>Andressa Thomaz Antônio Delfim Netto Armando Rovai Cicero Augusto Cláudio Tomanini Eduardo Moreira Geraldo Nunes J. B. Oliveira</p>	<p>Dr. Lair Ribeiro Leslie Amendolara Luiz Flávio Borges D'Urso Mario Enzo Bellio Junior Ralph Peter Rosângela Demetrio Sandra Falcone Sergio Valezin</p>
<p>Jornal Empresas & Negócios Ltda CNPJ: 05.687.343/0001-90 - Registro na JUCESP sob NIRE 35218211731 em 06/06 de 2003 e matriculado no 3º Registro Civil da Pessoa Jurídica sob nº 103 Administração, Publicidade e Redação: Rua Boa Vista, 84 - 9º Andar - Conj. 909 Cep: 01014-000 - Tel: 3106-4171-FAX: 3107-2570 - e-mail: netjen@netjen.com.br - site: www.netjen.com.br</p>	
<p>Auditoria de tiragem: Cokinós Auditores e Consultores COKINÓS</p>	
<p><small>Serviço informativo editorial fornecido pela Agência Estado e Agência Brasil. Artigos e colunas assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.</small></p>	